

Como já vimos, a crescente divisão do trabalho é uma das características das sociedades modernas. Os autores clássicos Émile Durkheim e Karl Marx, já conhecidos nossos, têm visões diferentes sobre essa questão, e o pensamento de ambos marca perspectivas de análise diversas ainda hoje. Assim, é importante conhecer essas duas visões para entender melhor a questão do trabalho na vida social moderna.

Karl Marx e a divisão social do trabalho

Para Karl Marx, a divisão social do trabalho é realizada no processo de desenvolvimento das sociedades. Ele quer dizer que, conforme buscamos atender a nossas necessidades, estabelecemos relações de trabalho e maneiras de dividir as atividades. Por exemplo: nas sociedades tribais, a divisão era feita com base nos critérios de sexo e idade; quando a agricultura e o pastoreio começaram a ser praticados, as funções se dividiram entre quem plantava, quem cuidava dos animais e quem caçava ou pescava.

Com a formação das cidades, houve uma divisão entre o trabalho rural (agricultura) e o trabalho urbano (comércio e indústria). O desenvolvimento da produção e seus excedentes deram lugar a uma nova divisão entre quem administrava — o diretor ou gerente — e quem executava — o operário. Aí está a semente da divisão em classes, que existe em todas as sociedades modernas.

Para Marx, portanto, a divisão social do trabalho numa sociedade gera a divisão em classes.

Com o surgimento das fábricas, apareceu também o proprietário das máquinas e, conseqüentemente, quem pagava o salário do operador das máquinas. A mecanização revolucionou o modo de produzir mercadorias, mas também colocou o trabalhador debaixo de suas ordens. Ele começou a servir à máquina, pois o trabalho passou a ser feito somente com ela. E não era preciso ter muitos conhecimentos; bastava saber operá-la. Sendo um operador de máquinas eficiente, o trabalhador seria bom e produtivo.

Subordinado à máquina e ao proprietário dela, o trabalhador só tem, segundo Marx, sua força de trabalho para vender, mas, se não vendê-la, o empresário também não terá quem opere as máquinas. É o que Marx chama de relação entre dois iguais. Ou seja, uma relação entre proprietários de mercadorias, mediante a compra e a venda da força de trabalho.

Oficina de manutenção de máquinas nos Estados Unidos, em fotografia de 1965. Ferramenteiros trabalham em suas bancadas, sob a vigilância de um supervisor. Na visão de Marx, a divisão do trabalho gerou a divisão da sociedade em classes.



American Stock/Getty Images

Vejamos como isso acontece. Ao assinar o contrato, o trabalhador aceita trabalhar, por exemplo, oito horas diárias, ou quarenta horas semanais, por determinado salário. O capitalista passa, a partir daí, a ter o direito de utilizar essa força de trabalho no interior da fábrica. O que ocorre, na realidade, é que o trabalhador, em quatro ou cinco horas de trabalho diárias, por exemplo, já produz o referente ao valor de seu salário total; as horas restantes são apropriadas pelo capitalista. Isso significa que, diariamente, o empregado trabalha três a quatro horas para o dono da empresa, sem receber pelo que produz. O que se produz nessas horas a mais é o que Marx chama de *mais-valia*.

As horas trabalhadas e não pagas, acumuladas e reaplicadas no processo produtivo, vão fazer com que o capitalista enriqueça rapidamente. E assim, todos os dias, isso acontece nos mais variados pontos do mundo: uma parcela significativa do valor-trabalho produzido pelos trabalhadores é apropriada pelos capitalistas. Esse processo chama-se *acumulação de capital*.

No processo de extração de mais-valia, os capitalistas utilizam duas estratégias: aumentam o número de horas trabalhadas contratando mais trabalhadores ou ampliando as horas de trabalho, gerando a *mais-valia absoluta*; introduzem diversas tecnologias e equipamentos visando aumentar a produção com o mesmo número de trabalhadores (ou até menos), elevando a produtividade do trabalho, mas mantendo o mesmo salário, gerando assim a *mais-valia relativa*.

nas palavras DE MARX

A jornada de trabalho no capitalismo no século XIX

“Que é uma jornada de trabalho?” De quanto é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho, cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo pode ser prolongada a jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à reprodução dessa mesma força de trabalho? A essas perguntas, viu-se que o capital responde: a jornada de trabalho compreende diariamente as 24 horas completas, depois de descontar as poucas horas de descanso, sem as quais a força de trabalho fica totalmente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo o seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. Tempo para a educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo — e mesmo no país do sábado santificado — pura futilidade! [...] Em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um maximum de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feito fluir. [...]

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. p. 211-2.

Os conflitos entre os capitalistas e os operários aparecem a partir do momento em que estes percebem que trabalham muito e estão cada dia mais miseráveis. Assim, vários tipos de enfrentamento ocorreram ao longo do desenvolvimento do capitalismo, desde o movimento dos destruidores de máquinas no início do século XIX (ludismo) até as greves registradas durante todo o século XX (voltaremos a esse assunto na unidade 3).

Émile Durkheim e a coesão social

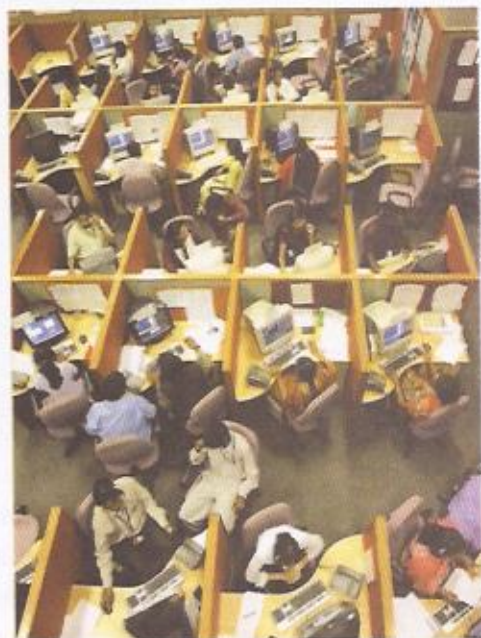
Émile Durkheim analisa as relações de trabalho na sociedade moderna de forma diferente da de Marx. Em seu livro *Da divisão do trabalho social*, escrito no final do século XIX, procura demonstrar que a crescente especialização do trabalho promovida pela produção industrial moderna trouxe uma forma superior de solidariedade, e não de conflito.

Para Durkheim, há duas formas de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A *solidariedade mecânica* é mais comum nas sociedades menos complexas, nas quais cada um sabe fazer quase todas as coisas de que necessita para viver. Nesse caso, o que une as pessoas não é o fato de uma depender do trabalho da outra, mas a aceitação de um conjunto de crenças, tradições e costumes comuns.

Já a *solidariedade orgânica* é fruto da diversidade entre os indivíduos, e não da identidade das crenças e ações. O que os une é a interdependência das funções sociais, ou seja, a necessidade que uma pessoa tem da outra, em virtude da divisão do trabalho social existente na sociedade. É o que exemplificamos no capítulo anterior descrevendo o trabalho e os trabalhadores envolvidos na produção do pão.

Com base nessa visão, na sociedade moderna, a coesão social seria dada pela divisão crescente do trabalho. E isso é fácil de observar em nosso cotidiano. Tomamos um ônibus que tem motorista e cobrador, compramos alimentos e roupas que são produzidos por outros trabalhadores. Também podemos ir ao posto de saúde, ao dentista, ao médico ou à farmácia quando temos algum problema de saúde e lá encontramos outras tantas pessoas que trabalham para resolver essas questões. Enfim, poderíamos citar uma quantidade enorme de situações que nos fazem dependentes

Centro de atendimento ao cliente em Bangalore, Índia, em 2004. Para Durkheim, a especialização e divisão do trabalho geram a coesão social.



Reuters/Shehwin Cresto/Lain Stock

de outras pessoas. Durkheim afirma que a interdependência provocada pela crescente divisão do trabalho cria solidariedade, pois faz a sociedade funcionar e lhe dá coesão.

Segundo esse autor, toda a ebulição no final do século XIX, resultante da relação entre o capital e o trabalho, não passava de uma questão moral. O que fez surgir tantos conflitos foi a falta de instituições e normas integradoras (anomia) que permitissem que a solidariedade dos diversos setores da sociedade, nascida da divisão do trabalho, se expressasse e, assim, pusesse fim aos conflitos. Para Durkheim, se a divisão do trabalho não produz a solidariedade, é porque as relações entre os diversos setores da sociedade não são regulamentadas pelas instituições existentes.

nas palavras DE DURKHEIM

A divisão do trabalho social cria a solidariedade

Bem diverso [da solidariedade mecânica] é o caso da solidariedade produzida pela divisão do trabalho. Enquanto a precedente implica que os indivíduos se assemelham, esta supõe que eles diferem uns dos outros. A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual é absorvida na personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera de ação própria, por conseguinte, uma personalidade. É necessário, pois, que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que nela se estabeleçam essas funções especiais que ela não pode regulamentar; e quanto mais essa região é extensa, mais forte é a coesão que resulta dessa solidariedade. De fato, de um lado, cada um depende tanto mais estreitamente da sociedade quanto mais dividido for o trabalho nela e, de outro, a atividade de cada um é tanto mais pessoal quanto mais for especializada. Sem dúvida, por mais circunscrita que seja, ela nunca é completamente original; mesmo no exercício de nossa profissão, conformamo-nos a usos, a práticas que são comuns a nós e a toda a nossa corporação. Mas, mesmo nesse caso, o jugo que sofremos é muito menos pesado do que quando a sociedade inteira pesa sobre nós, e ele proporciona muito mais espaço para o livre jogo de nossa iniciativa. Aqui, pois, a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que a das partes; a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios. Essa solidariedade se assemelha à que observamos entre os animais superiores. De fato, cada órgão aí tem sua fisionomia especial, sua autonomia, e contudo a unidade do organismo é tanto maior quanto mais acentuada essa individuação das partes. Devido a essa analogia, propomos chamar de orgânica a solidariedade devida à divisão do trabalho.

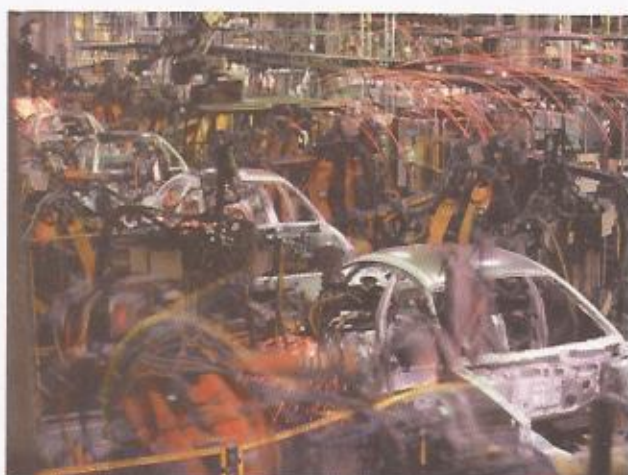
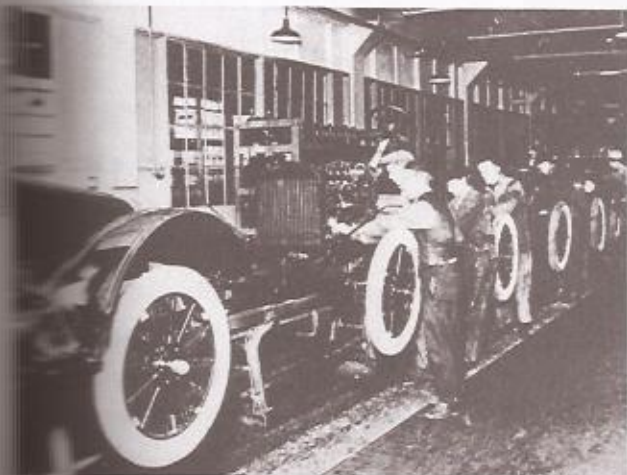
DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 108.

As duas diferentes formas de analisar as relações na sociedade moderna capitalista, apresentadas por Marx e Durkheim, acabaram influenciando outras ideias no século XX, mesmo quando a situação do trabalho parecia ter mudado. Vamos ver como isso aconteceu.

Fordismo-taylorismo: uma nova forma de organização do trabalho

No século XX, o aperfeiçoamento contínuo dos sistemas produtivos deu origem a uma divisão do trabalho muito bem detalhada e encadeada. Essa nova forma de organização tornou-se conhecida como fordismo, numa referência a Henry Ford (1863-1947). Foi ele quem, a partir de 1914, implantou em sua fábrica de automóveis um modelo que seria seguido por muitas outras indústrias, a ponto de representar uma nova etapa da produção industrial.

As mudanças introduzidas por Ford visavam à produção em série de um produto (o Ford modelo T) para o consumo em massa. Ele estabeleceu a jornada de oito horas, por 5 dólares ao dia, o que, na época, significava renda e tempo de lazer suficientes para o trabalhador suprir todas as suas necessidades básicas e até adquirir um dos automóveis produzidos na empresa. Iniciava-se, assim, o que veio a se chamar a era do consumismo: produção e consumo em larga escala. Esse processo disseminou-se e atingiu quase todos os setores produtivos das sociedades industriais.



Compare a produção da Ford em 1928 e 1996, ambas nos Estados Unidos. O que mudou?

Mas isso por si só não explica o fordismo. É apenas um de seus aspectos, o mais aparente. Já no final do século XIX, Frederick Taylor (1865-1915), em seu livro *Princípios de administração científica*, propunha a aplicação de princípios científicos na organização do trabalho, buscando maior racionalização do processo produtivo. Com as mudanças introduzidas por Henry Ford em sua fábrica, as expressões *fordismo* e *taylorismo* passaram a ser usadas para identificar um mesmo processo: aumento de produtividade com o uso mais adequado possível de algumas trabalhadas, por meio do controle das atividades dos trabalhadores, divisão e parcelamento das tarefas, mecanização de parte das atividades com automatização da linha de montagem e um sistema de recompensas e punições para controlar o comportamento dos operários no interior da fábrica.

Uma razão dessas medidas, foi desenvolvido um sistema de planejamento para aprimorar cotidianamente as formas de controle e execução das tarefas, o que resultou na criação de um setor de especialistas na administração da em-

presa. A hierarquia, bem como a impessoalidade das normas, foi introduzida no processo produtivo, sempre comandado por administradores treinados para isso. A capacidade e a especialização dos operários tinham valor secundário, pois o essencial eram as tarefas de planejamento e supervisão.

Por incrível que pareça, essas diretrizes não foram utilizadas apenas no universo capitalista; o modelo fordista-taylorista foi adotado também, com algumas adaptações, na então União Soviética. O próprio Lênin aconselhava sua utilização como uma alternativa para elevar a produção industrial soviética.

Com Ford e Taylor, a divisão do trabalho passou pelo planejamento vindo de cima, não levando em conta os operários. Para corrigir isso, Elton Mayo (1880-1949), professor da Universidade de Harvard (Estados Unidos), buscou medidas que evitassem o conflito e promovessem o equilíbrio e a colaboração no interior das empresas. Suas ideias de conciliação, desenvolvidas na Escola de Relações Humanas a partir dos anos 1930, procuravam revalorizar os grupos de referência dos trabalhadores, principalmente o familiar, evitando assim um desenraizamento dos operários.

A condição operária na fábrica taylorista

Na minha vida de fábrica, foi uma experiência única. [...] para mim pessoalmente, veja o que significou o trabalho na fábrica. Mostrou que todos os motivos exteriores (que antes eu julgava interiores) sobre os quais, para mim, se apoiava o sentimento de dignidade, o respeito por mim mesma, em duas ou três semanas ficaram radicalmente arrasados pelo golpe de uma pressão brutal e cotidiana. E não creio que tenham nascido em mim sentimentos de revolta. Não, muito ao contrário. Veio o que era a última coisa do mundo que eu esperava de mim: a docilidade. Uma docilidade de besta de carga resignada. Parecia que eu tinha nascido para esperar, para receber, para executar ordens — que nunca tinha feito senão isso — que nunca mais faria outra coisa. Não tenho orgulho de confessar isso. É a espécie de sofrimento que nenhum operário fala; dói demais, só de pensar.

[...]

Dois fatores condicionam esta escravidão: a rapidez e as ordens. A rapidez: para alcançá-la, é preciso repetir movimento atrás de movimento, numa cadência que, por ser mais rápida que o pensamento, impede o livre curso da reflexão e até do devaneio. Chegando-se à frente da máquina, é preciso matar a alma, oito horas por dia, pensamentos, sentimentos, tudo. [...] As ordens: desde o momento em que se bate o cartão na entrada até aquele em que se bate o cartão na saída, elas podem ser dadas, a qualquer momento, de qualquer teor. E é preciso sempre calar e obedecer. A ordem pode ser difícil ou perigosa de se executar, até inexecutável; ou então, dois chefes dando ordens contraditórias; não faz mal: calar-se e dobrar-se. [...] Engolir nossos próprios acessos de enervamento e de mau humor; nenhuma tradução deles em palavras, nem em gestos, pois os gestos estão determinados, minuto a minuto, pelo trabalho. Esta situação faz com que o pensamento se dobre sobre si, se retraia, como a carne se retrai debaixo de um bisturi. Não se pode ser "consciente".

WEIL, Simone. Carta a Albertine Thévenon (1934-5). In: Bosi, Ecléa (org.). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 65.

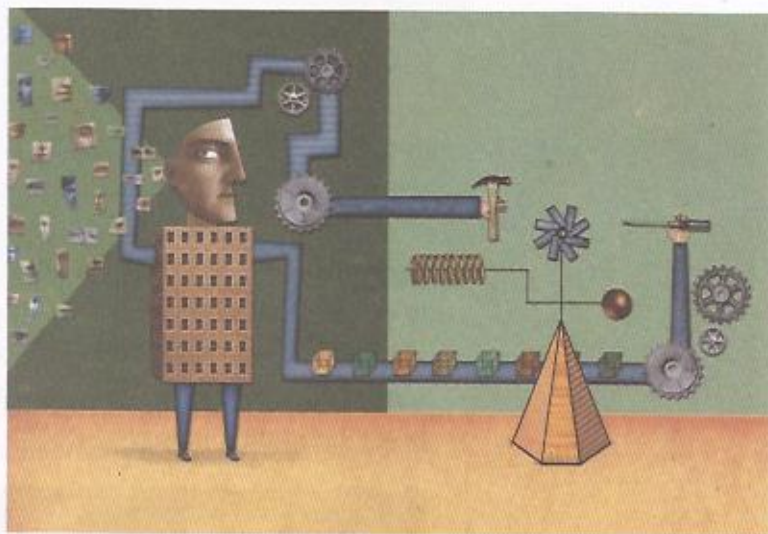
A visão de Taylor, a de Ford e, depois, a de Elton Mayo revelam a influência das formulações de Durkheim sobre a consciência coletiva. Durkheim afirmou que há uma consciência coletiva que define as ações individuais, submetendo todos à norma, à regra, à disciplina, à moral e à ordem estabelecidas. As empresas devem dar continuidade a isso, definindo claramente o lugar e as atividades de cada um, para que não haja dúvida sobre o que cada membro deve fazer. Se houver conflito, diz ele, deve ser minimizado através de uma coesão social, baseada na ideia de consenso, orientada pela existência de uma consciência coletiva que paira acima dos indivíduos na sociedade.

Em seu livro *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, o sociólogo estadunidense Harry Braverman critica essa visão. Ele afirma que o taylorismo foi somente o coroamento e a síntese de várias ideias, que germinaram durante todo o século XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos, cujo objetivo era transferir para as mãos das gerências o controle de todo o processo produtivo. O taylorismo tirava do trabalhador o último resquício de saber sobre a produção: a capacidade de operar uma máquina. Agora ele tinha que operá-la do modo como os administradores definiam. Estava concluída a expropriação em todos os níveis da autonomia dos trabalhadores, que ficavam totalmente dependentes dos gerentes e administradores.

A crítica marxista a Elton Mayo destaca que as formas de regulamentação da força de trabalho por ele propostas seriam indiretas, pela manipulação do operário por intermédio de especialistas em resolver conflitos. Assim, psicólogos e sociólogos, assistentes sociais e administradores procuraram de várias formas cooptar os trabalhadores para que eles não criassem situações de conflito no interior das empresas. A empresa lhes daria segurança e apoio e, portanto, deveriam trabalhar coesos, como se fizessem parte de uma comunidade de interesses. Talvez a expressão “lá na minha empresa”, que ouvimos de muitos trabalhadores, seja um exemplo de quanto essa perspectiva atingiu os corações e mentes.

Foi com esses procedimentos que o fordismo-taylorismo se desenvolveu e tornou-se a ideologia dominante em todo tipo de empresa, até mesmo nas comerciais e de serviços. E ficou tão forte na sociedade capitalista que suas concepções acabaram chegando às escolas, às famílias, aos clubes, às igrejas e às instituições estatais; enfim, penetraram em todas as organizações sociais que buscam, de uma forma ou de outra, o controle e a eficiência das pessoas.

Essa forma de organizar o trabalho foi marcante até a década de 1970 e ainda prevalece em muitos locais, com múltiplas variações. Entretanto, novas normas de produção e de trabalho foram surgindo desde então.



Transfiguração do trabalhador em máquina, um efeito do taylorismo (autor desconhecido, s.d.).

As transformações recentes no mundo do trabalho

Novas transformações aconteceram na sociedade capitalista, principalmente depois da década de 1970, e todas elas têm a ver com a busca desenfreada por mais lucro. Como a recessão aumentou por causa da crise do petróleo, os capitalistas inventaram novas formas de elevar a produtividade do trabalho e expandir os lucros. Começaram, então, a surgir formas de flexibilização do trabalho e do mercado. Em seu livro *Condição pós-moderna*, o sociólogo estadunidense David Harvey chamou essa fase de pós-fordismo, ou fase da acumulação flexível. Outros autores também estudaram essa nova fase do capitalismo, como o estadunidense Richard Sennett, em seu livro *A cultura do novo capitalismo*.

Existem duas formas de flexibilização próprias desse processo que merecem ser lembradas aqui: a *flexibilização dos processos de trabalho e de produção* e a *flexibilização e mobilidade dos mercados de trabalho*.

A primeira forma ocorre com a automação e a consequente eliminação do controle manual por parte do trabalhador. Desse modo, o engenheiro que entende de programação eletrônica, de supervisão ou análise de sistemas passa a ter uma importância estratégica nas novas instalações industriais.

Com o processo de automação, não existe mais um trabalhador específico para uma tarefa específica. O trabalhador deve estar disponível para adaptar-se às diversas funções existentes na empresa. Os que não se adaptam normalmente são despedidos. A nova configuração mundial do trabalho cria, assim, muita incerteza e insegurança; por isso, a situação dos trabalhadores no mundo de hoje é bastante sombria.

Fritziot Hirdes/Corbis/Latin Stock



Interior de fábrica automatizada na Alemanha, em 2005. Onde vão se empregar os trabalhadores manuais?

A flexibilização e mobilidade dos mercados de trabalho ocorre quando os empregadores passam a utilizar as mais diferentes formas de trabalho: doméstica e familiar, autônoma, temporária, por hora ou por curto prazo, terceirizada, entre outras. Elas substituem a forma clássica do emprego regular, sob contrato sindicalizado, permitindo alta rotatividade da força de trabalho e, consequentemente, baixo nível de especialização e forte retrocesso da ação dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas.

A acumulação flexível ou pós-fordismo

A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. [...] Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças de padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...].

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilidade de todos os artificios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o tormento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993. p. 140 e 148.

A sociedade salarial está no fim?

Até há pouco tempo, o trabalhador podia entrar numa empresa, trabalhar anos seguidos e aposentar-se nela. Era o chamado posto fixo de trabalho. Hoje, isso está desaparecendo, conforme explica o sociólogo francês Robert Castel, em seu livro *A metamorfose da questão social: uma crônica do salário*. O sociólogo mostra que, na França, essa situação está dando lugar a uma nova sociedade, na qual o trabalho e a previdência já não significam segurança, o que causa transtornos terríveis em termos sociais e individuais. Ele destaca quatro aspectos que parecem estar se generalizando no mundo:

- A desestabilização dos estáveis. As pessoas que têm emprego estão sendo "invalidadas" por vários motivos. Algumas porque são consideradas "velhas" (em torno de 50 anos); outras porque não têm formação suficiente para o que se quer; há ainda aquelas que são consideradas jovens demais para se aposentar.
- A precariedade do trabalho. Há um desemprego constante nos últimos anos, e a maioria dos trabalhadores desempregados normalmente só encontra postos de trabalho instáveis, de curta duração ou em períodos alternados.

A escassez de postos de trabalho, em charge de Jean Galvão, 2004.



- O *deficit* de lugares. Não há postos de trabalho para todos, nem para os que estão envelhecendo, nem para os mais novos que procuram emprego pela primeira vez. Isso sem falar naqueles que estão desempregados há muito tempo e até participam de programas de requalificação.
- A qualificação do emprego. Há tantas exigências para a formação do trabalhador que se cria uma situação aparentemente sem solução. É o caso dos jovens, que não são contratados porque não têm experiência, mas nunca poderão ter experiência se não forem contratados. Pessoas em torno de 20 anos ficam vagando de estágio em estágio ou de programas de estágio para outros programas. Há, ainda, jovens com boa qualificação que ocupam empregos inferiores, tirando o trabalho dos que têm pouca qualificação.

Todas essas situações criam indivíduos como que estranhos à sociedade, pois não conseguem se integrar nela, desqualificando-se também do ponto de vista cívico e político. Eles próprios consideram-se inúteis sociais. Ocorre praticamente uma perda de identidade, já que o trabalho é uma espécie de “passaporte” para alguém fazer parte da sociedade. No Brasil, tudo isso acontece, principalmente nos grandes centros urbanos.

O desemprego

De fato, a forma contemporânea daquilo que ainda se chama desemprego jamais é circunscrita, jamais definida e, portanto, jamais levada em consideração. Na verdade, nunca se discute aquilo que se designa pelos termos “desemprego” e “desempregados”; mesmo quando esse problema parece ocupar o centro da preocupação geral, o fenômeno real é, ao contrário, ocultado.

Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997. p. 10-11

Cenários DO TRABALHO NO MUNDO DE HOJE

O trabalho flexibilizado e mundializado

O sociólogo brasileiro Octávio Ianni (1926-2004), no artigo “O mundo do trabalho”, publicado em 1994 no periódico *São Paulo em perspectiva* (Seade), afirma que todas as mudanças no mundo do trabalho são quantitativas e qualitativas, e afetam a estrutura social nas mais diferentes escalas. Entre essas mudanças, ele aponta o rompimento dos quadros sociais e mentais que estavam vinculados a uma base nacional. Ele quer dizer que hoje, com o trabalho flexível e volante no mundo todo, pessoas migram para outros países em busca de trabalho. E, assim, nos países a que chegam, geralmente vivem em situação difícil, desenvolvendo trabalhos insalubres e em condições precárias.

Além das dificuldades de adaptação, com frequência enfrentam problemas de preconceito racial, religioso e cultural.

O fenômeno dos decasséguis, os brasileiros descendentes de japoneses que se deslocam para trabalhar no Japão por curtas ou longas temporadas, é a expressão bem visível desse processo. Trabalham mais de 12 horas por dia e são explorados ao máximo. Alguns, mais qualificados, conseguem bons empregos, mas a maioria não. A esta restam as opções de voltar ou de lá permanecer marginalizada.

Emprego: o problema é seu

[...] todos os assalariados de uma empresa, não importa qual seja o seu nível hierárquico, não sabem nunca se serão mantidos ou não no emprego, porque não é a riqueza econômica da empresa que vai impedir que exista redução de efetivo. Vou dar o exemplo [...] da Peugeot e da Citroën [Grupo PSA], que conheço bem, na França. É uma empresa que está funcionando muito bem. Ela passa seu tempo a despedir as pessoas de maneira regular. Isso é perversão, mas a perversão está ligada à psicologização. O que quero dizer com isso? Poderão permanecer na empresa apenas aqueles que são considerados de excelente performance. [...] Isso é psicologização, na medida em que, se alguém não consegue conservar o seu trabalho, fala-se tranquilamente: "mas é sua culpa, você não soube se adaptar, você não soube fazer esforços necessários, você não teve uma alma de vencedor, você não é um herói." [...] quer dizer: "você é culpado e não a organização da empresa ou da sociedade. A culpa é só sua." Isso culpabiliza as pessoas de modo quase total, pessoas que, além disso, ficam submetidas a um estresse profissional extremamente forte. Então as empresas exigem daqueles que permanecem um devotamento, lealdade e fidelidade, mas ela não dá nada em troca. Ela vai dizer simplesmente: "você tem a chance de continuar, mas talvez você também não permaneça".

ENRIQUEZ, Eugène. Perda de trabalho, perda de identidade. In: NABUCO, Maria Regina, CARVALHO NETO, Antonio. *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT, 1999. p. 77.

1. Qual é a principal relação entre os dois textos?
2. O emprego é uma questão pessoal, social ou ambas?

Quando analisamos o trabalho no Brasil, não podemos nos esquecer de que ele está ligado ao envolvimento do país na trama internacional, desde que os portugueses aqui chegaram no século XVI. Basta lembrar que a “descoberta” do Brasil aconteceu porque havia na Europa o movimento das expansões ultramarinas, em que os europeus esquadrihavam os oceanos em busca de novas terras para explorar e de novos produtos para incorporar ao processo de desenvolvimento mercantilista. A produção agrícola para a exportação e a presença da escravidão no Brasil também estão vinculadas à vinda dos europeus e, é claro, todo o processo de industrialização-urbanização a partir de 1930 até hoje.

No final do século XIX, com a abolição da escravidão no Brasil, encerrou-se um período de mais de 350 anos de predomínio do trabalho escravo. Portanto, nós só convivemos com a liberdade formal de trabalho há pouco mais de cem anos. Esse passado de escravidão continua pesando.

As primeiras décadas depois da escravidão

Mesmo antes do fim da escravidão, os grandes proprietários de terras, principalmente os fazendeiros paulistas, procuraram trazer imigrantes para trabalhar em suas terras. A primeira experiência de utilização da força de trabalho legalmente livre e estrangeira foi realizada pelo senador Vergueiro, grande fazendeiro da região oeste de São Paulo que, em 1846, trouxe 364 famílias da Alemanha e da Suíça. Em 1852, importou mais 1,5 mil colonos e, posteriormente, propôs-se trazer mais mil colonos por ano. Isso era feito com a ajuda financeira do governo da província de São Paulo, que arcava com os custos da importação e ainda subvencionava as empresas agenciadoras de mão de obra estrangeira.

O sistema de trabalho então adotado ficou conhecido como *colonato*, pois as famílias que aqui chegavam assinavam um contrato nos seguintes termos: o fazendeiro adiantava uma quantia necessária ao transporte e aos gastos iniciais de instalação e sobrevivência dos colonos e de sua família. Estes, por sua vez, deviam plantar e cuidar de um número determinado de pés de café. No final da colheita, seria feita uma divisão com o proprietário. Os colonos eram obrigados a pagar juros pelo adiantamento e não podiam sair da fazenda enquanto não houvessem saldado sua dívida, o que demorava muito, uma vez que o adiantamento era sempre maior que os lucros advindos do café. Assim se criava o que passou a ser conhecido como “parceria de endividamento”, porque o colono não conseguia pagar a dívida contraída com o fazendeiro. Essa dívida, muitas vezes, passava de pai para filho, de tal modo que os filhos ficavam hipotecados desde o início do contrato.

As experiências iniciais não foram bem-sucedidas, pois os colonos não aceitavam tamanha exploração e muitas vezes fugiam da fazenda ou se revoltavam contra esse sistema, como foi o caso da revolta na fazenda Ibicaba, de propriedade do senador Vergueiro, em 1857. Acrescente-se a isso a pressão dos governos estrangeiros para minorar os males infligidos a seus cidadãos no Brasil. A imigração ficou estagnada até os anos 80 daquele século, quando foi retomada com novo vigor. Isso pode ser verificado pelos seguintes dados: no período de 1820 a 1890, emigraram para o Brasil 987 461 pessoas. Nos dez anos seguintes, de 1891 a 1900, o total foi de 1 129 315 pessoas. Nos trinta anos seguintes, esse movimento prosseguiu, com uma média de quase 1 milhão de pessoas a cada dez anos.

A maioria dessas pessoas foi trabalhar no campo, mas outras se estabeleceram nas cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde trabalhavam nas indústrias nascentes, no pequeno comércio e como vendedores ambulantes de todo tipo de mercadorias. As condições de vida desses trabalhadores não eram das melhores e o nível de exploração nas fábricas era muito grande, de tal maneira que os operários trataram de se organizar em associações e sindicatos.

A partir dos primeiros anos do século XX, os trabalhadores urbanos passaram a reivindicar melhores condições de trabalho, diminuição da carga horária semanal, melhorias salariais e, ainda, normatização do trabalho de mulheres e crianças, que eram empregadas em grande número e ainda mais exploradas do que os homens.

Diante das condições de vida e de trabalho extremamente precárias, os trabalhadores iniciaram vários movimentos, por meio dos quais pretendiam modificar essa situação.

Trabalhadores europeus em uma das fábricas das Indústrias Matarazzo em São Paulo, SP, cerca de 1900, e fac-símile de exemplares da imprensa operária publicados nas primeiras décadas do século XX. Nessa época, multiplicaram-se nos centros urbanos os jornais criados por imigrantes para mobilizar os operários na luta por melhores condições de trabalho e divulgar ideias de correntes diversas, sobretudo anarquistas e socialistas.



Apoiados por uma imprensa operária, que crescia rapidamente, os trabalhadores passaram a organizar movimentos grevistas, que culminaram com a maior greve até então havida no país, a de 1917, em São Paulo. Nesse período, que foi até 1930, a questão social, principalmente no que se referia aos trabalhadores, era tratada como um problema de polícia.

Com o desenvolvimento industrial crescente, as preocupações com o trabalhador rural continuaram a existir, mas a atenção maior das autoridades voltava-se para as condições do trabalhador urbano, que determinaram a necessidade de uma regulamentação das atividades trabalhistas no Brasil. Isso aconteceu pela primeira vez no início da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

No período de 1929 até o final da Segunda Grande Guerra — em que as exportações foram fracas e houve forte investimento do Estado em fontes energéticas, em siderurgia e em infra-estrutura —, buscou-se uma ampliação do processo de industrialização no Brasil, o que significou um aumento substancial do número de trabalhadores urbanos.

Até o fim da Segunda Guerra, o Brasil continuava a ser um país em que a maioria da população vivia na zona rural. Mantinha-se, assim, uma estrutura social, econômica e política vinculada à terra. As transformações que ocorreram posteriormente mudaram a face do país, mas o passado continua influenciando, principalmente nas concepções de trabalho. Ainda hoje não é difícil ouvir a expressão “trabalhei como se fosse um escravo”, ou perceber o desprezo pelo trabalho manual e pelas atividades rurais, que nos lembram um passado do qual a maioria das pessoas quer fugir.

A situação do trabalho nos últimos sessenta anos

Nos últimos sessenta anos, convivemos no Brasil, simultaneamente, com várias formas de produção. Vejamos alguns exemplos da diversidade das situações de trabalho que se observam no Brasil de hoje:

- Trabalhadores, indígenas ou não, que tiram seu sustento coletando alimentos na mata, conhecidos como *povos da floresta*.
- Trabalhadores da agropecuária, compreendendo os que ainda trabalham com enxada e facão e os que utilizam máquinas e equipamentos sofisticados, como, por exemplo, as colheitadeiras, muitas delas computadorizadas.
- Trabalhadores empregados em indústrias de transformação ou de produção de bens duráveis ou não duráveis, seja em grandes empresas nacionais e internacionais, seja em pequenas fábricas “de fundo de quintal”.
- Trabalhadores nos setores de serviços e de comércio, que reúnem a maioria das pessoas. Há desde quem viva do comércio ambulante até quem empregue nos grandes supermercados e *shopping centers*; há trabalhado



Comemoração do 1º de maio na capital paulista, na década de 1940. Liderando o processo de industrialização implementado por Vargas, São Paulo respondia então por metade da produção fabril brasileira.

braçais, que fazem reparos em casas, e funcionários de empresas de serviços altamente informatizadas, nas quais os equipamentos eletrônicos fazem a maior parte das tarefas.

- Trabalhadores administrativos, em empresas e organizações públicas e privadas, desenvolvendo atividades das mais simples, como servir cafezinho, até as mais complexas, como gerenciar um sistema computacional.
- Crianças que trabalham em muitas das atividades descritas.
- Trabalhadores submetidos à escravidão por dívida.

Como já vimos, em 1945, a maior parte da população brasileira vivia na zona rural. Em 2010, a maior parte da população vivia na zona urbana. Isso significa que nesses sessenta e cinco anos houve uma transformação radical no Brasil, e ela foi feita por milhares de trabalhadores que, efetivamente, criaram condições diferentes para se realizar como cidadãos num país tão rico e tão desigual.

Em 2008, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das 92,4 milhões de pessoas ocupadas, 76,3 milhões trabalhavam em atividades não agrícolas. O setor que concentrava o maior número de indivíduos era o da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, correspondendo a 24,3% do total das pessoas ocupadas. Ou seja, o processo de urbanização, com todos os seus desdobramentos, criou uma situação completamente nova, mudando o perfil de trabalho no Brasil e, com isso, as oportunidades de trabalho também.

À esquerda, supermercado em Toledo, Paraná, em 2008; à direita, ambulantes próximo ao pedágio da rodovia dos Imigrantes, em São Paulo, em 2000. Os trabalhadores dos setores de comércio e de serviços compõem o grupo mais numeroso da População Economicamente Ativa — um reflexo do rápido e desordenado processo de urbanização no Brasil.



Emprego e qualificação. Ouvimos a todo momento nas conversas informais e encontramos com frequência nos meios de comunicação a afirmação de que só terá emprego quem tiver qualificação. A qualificação em determinados ramos da produção é necessária e cada dia mais exigida, mas isso somente para alguns poucos postos de trabalho. A maioria das ocupações exige somente o mínimo de informação, que normalmente o trabalhador consegue adquirir no próprio processo de trabalho.

A elevação do nível de escolaridade não significa necessariamente emprego no mesmo nível e boas condições de trabalho. Quantos graduados em Engenharia ou Arquitetura estão trabalhando como desenhistas? Quantos formados em Medicina são assalariados em hospitais e serviços médicos, tendo uma jornada de trabalho excessiva? E os formados em Direito que não conseguem passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), muitos por ter uma formação deficiente, e se empregam nos mais diversos ramos de atividade, em geral muito abaixo daquilo que estão, em tese, habilitados a desenvolver? Ou seja, a formação universitária, cada dia mais deficiente, não garante empregos àqueles que possuem

diploma universitário, seja pela qualificação insuficiente, seja porque não existe emprego para todos.

Encontram-se situações exemplares nos dois polos da qualificação:

- Em muitas empresas de limpeza exige-se formação no ensino médio para a atividade de varrição de rua, o que demonstra que não há relação entre o que se faz e a escolarização solicitada, pois não é necessário ter nível médio para isso, mesmo que existam pessoas com até mais escolaridade que por necessidade o fazem.
- Jovens doutores (que concluíram ou estão fazendo o doutorado) são despedidos ou não são contratados por universidades particulares porque recebem salários maiores e as instituições não querem pagar mais. Nesse caso, não importa a melhoria da qualidade do ensino, e sim a lucratividade que as empresas educacionais podem obter.



A relação entre escolaridade e emprego, em charge de Rubens Kiomura e Carlos Pereira, s.d.

O trabalho informal.

Há no Brasil muitos trabalhadores que desenvolvem suas atividades no chamado setor informal, o qual, em períodos de crise e recessão, cresce de modo assustador. Para ter uma ideia do que representa esse setor, vamos aos dados do IBGE. Segundo a PNAD realizada em 2008, 34,5% dos 92,4 milhões de indivíduos ocupados têm carteira de trabalho assinada. Entre os que não têm nenhum tipo de registro jurídico, encontram-se os trabalhadores que constituem o chamado setor informal.

O setor informal inclui empregados de pequenas empresas sem registro, indivíduos que desenvolvem, por conta própria, atividades como o comércio ambulante, a execução de reparos ou pequenos consertos, a prestação de serviços pessoais (de empregadas domésticas, babás) e de serviços de entrega (de entregadores, *motoboys*), a coleta de materiais recicláveis, etc. A lista é enorme. E há ainda aqueles trabalhadores, normalmente mulheres, que em casa mesmo preparam pães, bolos e salgadinhos em busca de uma renda mínima para sobreviver. Todos fazem a economia funcionar, mas as condições de trabalho que se submetem normalmente são precárias e não dão a mínima segurança e permanência na atividade.

O desemprego

Depois das grandes transformações pelas quais o Brasil passou nos últimos trinta anos, a questão do desemprego continua sendo um dos grandes problemas nacionais. Na agricultura houve a expansão da mecanização em todas as fases — preparo da terra, plantio e colheita —, ocasionando a expulsão de milhares de pessoas, que tomaram o rumo das cidades. Na indústria, a crescente automação das linhas de produção também colocou milhares de pessoas na rua. Para ter uma ideia do que aconteceu nesse setor, basta dizer que, na década de 1980, para produzir 1,5 milhão de veículos, as montadoras empregavam 140 mil operários. Hoje, para produzir 3 milhões de veículos, as montadoras empregam apenas 90 mil trabalhadores. Nos serviços, principalmente no setor financeiro, a automação também desempregou outros tantos. Enfim, se a chamada modernização dos setores produtivos e de serviços conseguiu aumentar a riqueza nacional, não provocou o aumento da quantidade de empregos — ao contrário, a modernização tem aumentado o desemprego.

Esse quadro só poderá ser mudado com mais desenvolvimento econômico, afirmam alguns; outros dizem que é impossível resolver o problema na sociedade capitalista, pois, por natureza, no estágio em que se encontra, ela gera o desemprego, e não há como reverter isso na presente estrutura social; há ainda os que consideram o desemprego uma questão de sorte, de relações pessoais, de ganância das empresas, etc.

Todas as explicações podem conter um fundo de verdade, desde que se saiba a perspectiva de quem fala. Entretanto, está faltando uma explicação, que deixará claro que o desemprego não é uma questão individual nem culpa do desempregado. Essa explicação está na política econômica desenvolvida no Brasil há mais de vinte anos, até o início do século XXI. A inexistência de postos de trabalho, além das razões anteriormente apontadas, foi o resultado de uma política monetária de juros altos e, também, de uma política fiscal de redução dos gastos públicos.

Nos últimos anos, essa tendência foi alterada com a queda gradativa dos juros e com o aumento dos gastos públicos. Excetuando o final de 2008 e o ano de 2009, devido à repercussão da crise financeira mundial, observa-se que há uma tendência de queda do desemprego no Brasil. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada no início de 2009 pelo IBGE, a taxa de desemprego em 2008 ficou em 7,9%, contra 9,3% em 2007. É o menor índice da série histórica, iniciada em 2002, que contempla os dados das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A previsão para 2010 é que o nível de emprego e o aumento de renda retornarão aos patamares anteriores à crise financeira. Isso só poderá ocorrer com a ampliação da presença do Estado nos mais diversos setores — educação, saúde, segurança, transporte, cultura, esporte, lazer —, além de investimentos maciços em obras públicas (de infraestrutura, principalmente) e habitação e incentivos crescentes a todos os setores industriais, o que envolverá a contratação de milhares de pessoas.

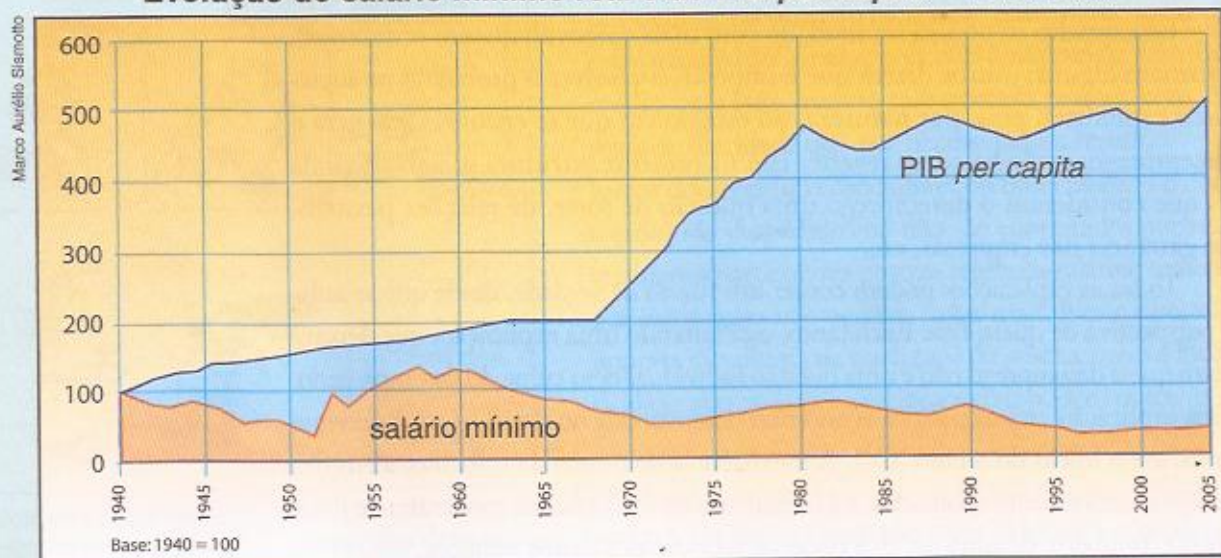
Parece que este será o grande desafio para este século: um sistema eficiente de proteção e assistência ao trabalhador.

Cenários DO TRABALHO NO BRASIL

Salário mínimo e Produto Interno Bruto (PIB)

Quando se fala em trabalho no Brasil, o salário mínimo sempre é tomado como referência na análise do comportamento dos rendimentos dos trabalhadores. Relacionando a evolução do salário mínimo com a evolução do PIB, isto é, de toda a riqueza produzida no Brasil, observa-se claramente que houve um crescimento econômico fantástico nos últimos sessenta anos, mas que os benefícios desse crescimento não chegaram aos trabalhadores. Essa situação está representada no gráfico a seguir, que mostra como o PIB cresceu cinco vezes, enquanto o valor do salário mínimo foi reduzido a um terço do valor inicial.

Evolução do salário mínimo real e do PIB *per capita* – 1940/2005



Fonte: Dieese, IBGE. Disponível em: <www.dieese.org.br/esp/salmin/salmin00.xml>. Acesso em: 29 out. 2009.

Por que o Estado não aumenta o salário mínimo, garantindo à maior parte da população melhores condições de vida? Por que a riqueza gerada no país não se transforma em renda para a maioria da população?

Trabalho infantil

A presença do trabalho infantil pode ser observada em vários lugares do mundo. No Brasil, é uma constante em muitas regiões, embora existam leis (como o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA) e programas governamentais para coibir essa prática.

Crianças e adolescentes trabalham na agricultura, em vários tipos de cultivo: lavouras de café, cana-de-açúcar, laranja, tomate, fumo, entre outras. Também trabalham em carvoarias, em pequenas fábricas, na produção de tijolos, em pedreiras, em residências, como empregadas domésticas, além de estar presentes nos lixões e nas esquinas das grandes cidades vendendo doces, balas e quinquilharias. Essa mão de obra é explorada até por grandes empresas multinacionais.